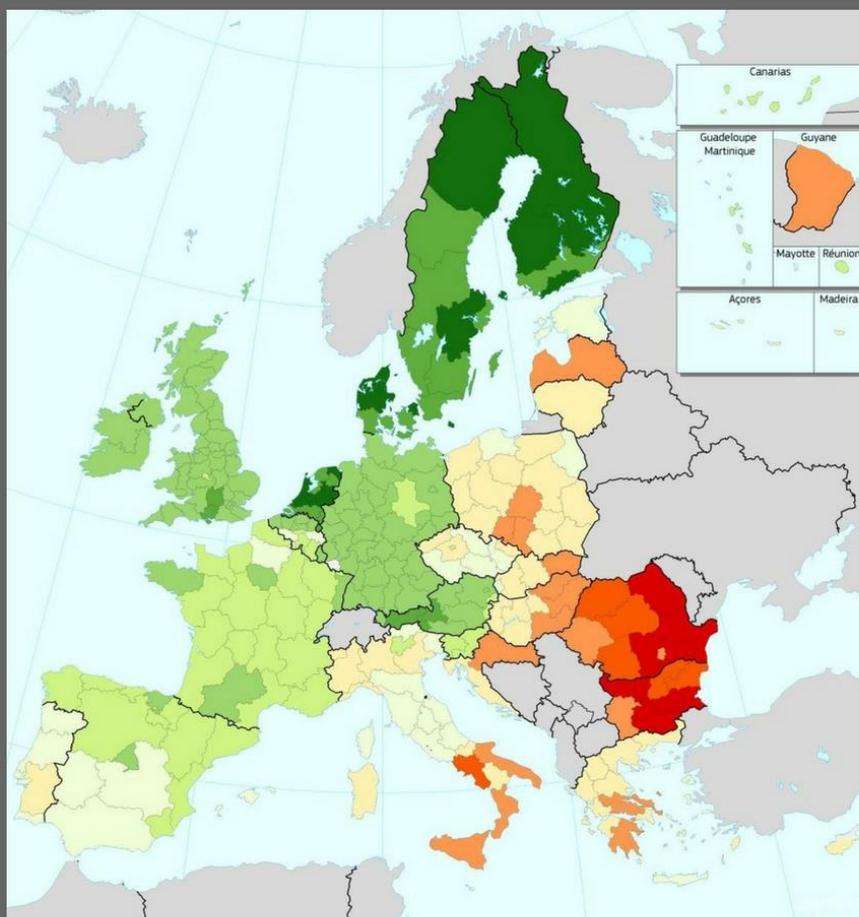

ÍNDICE REGIONAL DE PROGRESSO SOCIAL DA UNIÃO EUROPEIA



comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro

ÍNDICE REGIONAL DE PROGRESSO SOCIAL DA UNIÃO EUROPEIA 2016

O Índice Regional de Progresso Social da União Europeia (IPS-UE) permite medir e comparar os níveis de progresso social das 272 regiões dos 28 estados-membros da União Europeia (UE), apresentando-se como uma ferramenta complementar às medidas tradicionais de desenvolvimento económico (por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*), pelo que não as integra na sua construção. Este índice resultou do projeto desenvolvido pela *Social Progress Imperative*, em parceria com o *Orkestra* (Instituto Basco de Competitividade) e a Direção-Geral da Política Regional e Urbana da Comissão Europeia¹.

O IPS-UE, tendo por referência o Índice Global de Progresso Social² (que avalia o desempenho de 128 países), corresponde a um indicador compósito que varia de 0 a 100. Integra 50 indicadores³, exclusivamente sociais e ambientais, distribuídos por 12 componentes agrupadas em três grandes dimensões: necessidades básicas humanas (mede se as necessidades essenciais de uma sociedade estão satisfeitas), princípios de bem-estar (avalia o desenvolvimento dos alicerces que permitem melhorar e sustentar a qualidade de vida dos cidadãos) e oportunidades (analisa a capacidade de uma sociedade em criar condições para que todos os cidadãos possam atingir o seu máximo potencial). Assim, em vez dos habituais indicadores económicos para comparar o nível de vida das pessoas, este indicador considera outras componentes, como ter saúde, poder aquecer a casa convenientemente, prosseguir os estudos, o nível de acidentes de viação, a poluição do meio ambiente, a corrupção, a tolerância, a confiança no sistema político, na justiça ou na polícia, entre outros.

Em termos globais, a Região Centro ocupava a 189.^a posição no ranking das 272 regiões da UE, encontrando-se no nível de progresso social médio-baixo, à semelhança das duas regiões portuguesas mais bem posicionadas (Área Metropolitana de Lisboa e Algarve), conforme figura 1. Este índice agrupa as regiões em seis categorias: muito alto, alto, médio-alto, médio-baixo, baixo e muito baixo.

¹ A versão integral do estudo está disponível em: http://ec.europa.eu/regional_policy/en/information/maps/social_progress, tendo sido divulgada em outubro de 2016.

² O Índice Global de Progresso Social é disponibilizado anualmente, tendo a última atualização ocorrido em junho de 2017.

³ Disponibilizados em anexo.

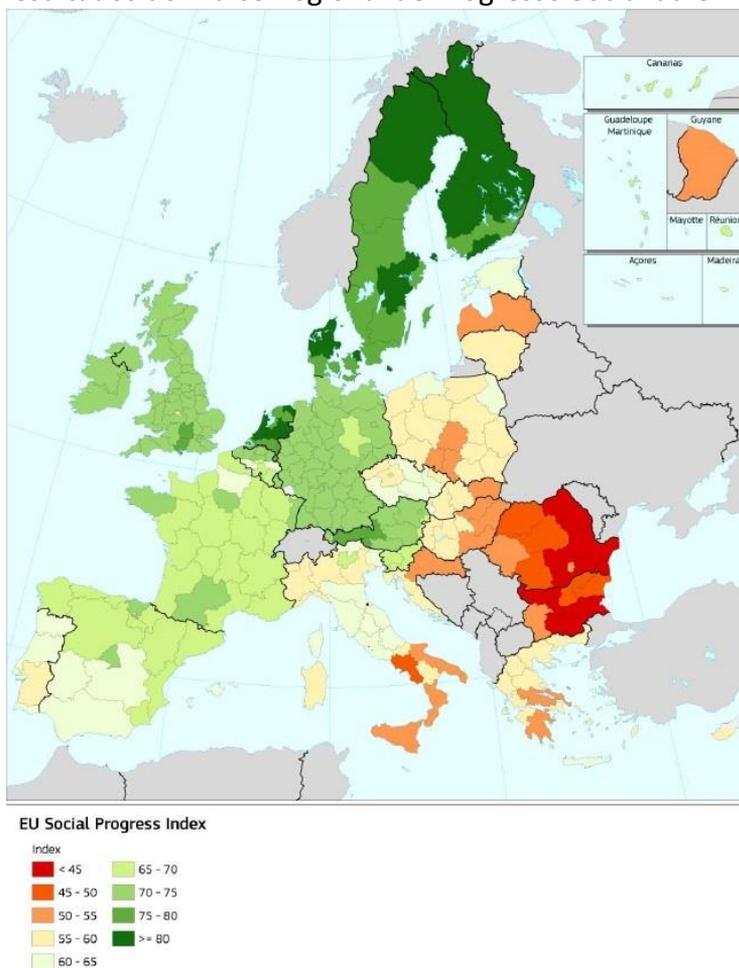
Figura 1 - Resultados do Índice Regional de Progresso Social em Portugal

Índice Regional de Progresso Social da União Europeia 2016			
	Nível	Índice	Posição (272 regiões)
Norte	Médio-baixo	60,16	196
Centro (PT)	Médio-baixo	61,05	189
Área Metropolitana de Lisboa	Médio-baixo	63,99	173
Alentejo	Baixo	58,20	213
Algarve	Médio-baixo	61,90	185
Região Autónoma dos Açores	Baixo	55,13	240
Região Autónoma da Madeira	Baixo	58,93	207

Fonte: Dados extraídos de *Social Progress Imperative*

A região da União Europeia com maior progresso social era Övre Norrland, na Suécia, seguida de Midtjylland e Hovedstaden, ambas na Dinamarca (Figura 2). Já as regiões europeias que registaram o mais baixo progresso social foram o Sudeste e Noroeste da Bulgária e a de Sud Muntenia, na Roménia.

Figura 2 - Resultados do Índice Regional de Progresso Social da União Europeia



Fonte: Dados extraídos de *Social Progress Imperative*

Analisando as componentes que integram cada dimensão (Figura 3), a Região Centro, comparativamente com as 272 regiões europeias, destacava-se positivamente na “nutrição e acesso aos cuidados básicos de saúde”, assumindo a 87.ª posição no ranking europeu, o que se deveu sobretudo ao comportamento verificado nos indicadores escassez de alimentos e mortalidade infantil (em anexo). Também na componente “qualidade ambiental”, a Região Centro se evidenciava face às restantes regiões, encontrando-se na 93.ª posição, devido essencialmente ao bom desempenho na poluição do ar (partículas inaláveis com diâmetro inferior a 2,5 micrómetros). Ainda na dimensão “princípios de bem-estar” é de salientar a Região Centro estar entre as 10 primeiras regiões europeias nos indicadores taxa de escolarização no ensino secundário (1.ª) e mortes prematuras causadas por doenças cardíacas (9.ª), os quais integram, respetivamente, as componentes “acesso ao conhecimento básico” e “saúde e bem-estar”. Em contraste, a região evidenciava fraquezas relativas no “acesso às TIC” e nos “direitos individuais”, em que os indicadores mais penalizados foram, respetivamente, a existência de internet em casa e a confiança na justiça. Estas debilidades podem, no entanto, ser entendidas como oportunidades de melhoria para o crescimento e desenvolvimento da região.

Figura 3 - Desempenho da Região Centro no Índice Regional de Progresso Social da União Europeia (dimensões e componentes)

	Ranking europeu (272 regiões)	Ranking nacional (7 regiões)
Necessidades básicas humanas	190	4
Nutrição e acesso aos cuidados básicos de saúde	87	3
Água e saneamento	209	5
Habituação	186	//
Segurança pessoal	189	4
Princípios de bem-estar	219	3
Acesso ao conhecimento básico	225	2
Acesso às TIC	242	6
Saúde e bem-estar	207	1
Qualidade ambiental	93	6
Oportunidades	186	2
Direitos individuais	242	//
Liberdade e escolha individual	156	2
Tolerância e inclusão	168	6
Acesso à educação avançada	169	2

// - Todas as regiões portuguesas ocupam a mesma posição

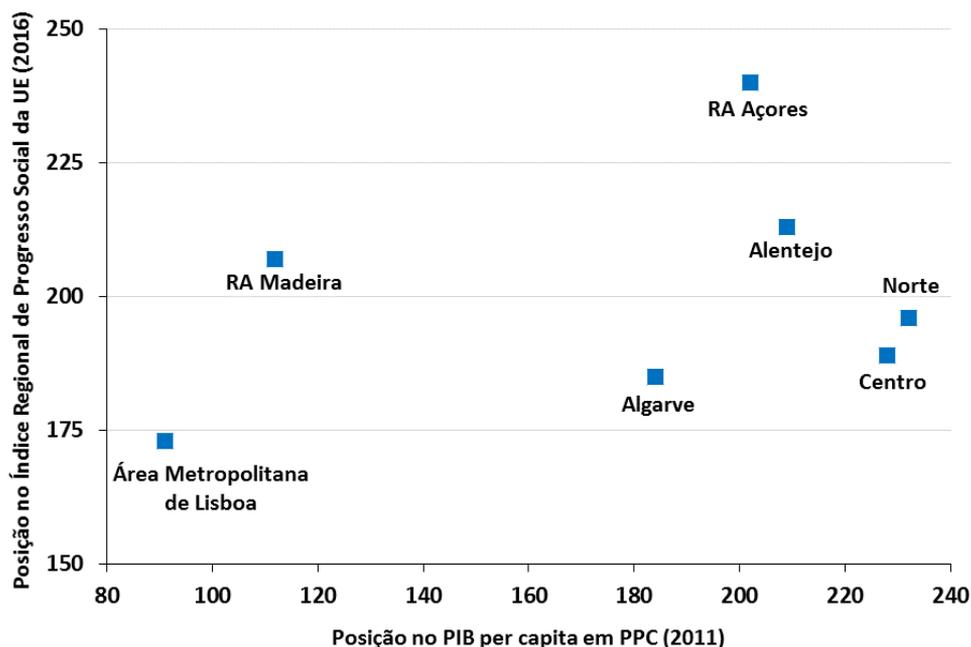
Fonte: Dados extraídos de *Social Progress Imperative*

Ao nível nacional, a Região Centro apresentava-se como a melhor das sete regiões portuguesas na componente “saúde e bem-estar”, nomeadamente nos indicadores mortes prematuras causadas por doenças cardíacas e cancro. Igualmente positivo foi o desempenho relativo da região nas componentes “acesso ao conhecimento básico”, “liberdade e escolha

individual” e “acesso à educação avançada”, assumindo a segunda posição no ranking nacional. Os indicadores que mais contribuíram para este comportamento foram, no “acesso ao conhecimento básico”, a taxa de escolarização no ensino secundário e o abandono escolar precoce; na “liberdade e escolha individual”, a gravidez na adolescência e os jovens que não estudam, não trabalham, nem frequentam formação (jovens NEET); e, na última componente referida, a taxa de escolarização no ensino superior e a aprendizagem ao longo da vida. Por outro lado, como fraquezas relativas da região identificavam-se as componentes “acesso às TIC”, “qualidade ambiental” e “tolerância e inclusão”, onde os indicadores mais desfavoráveis foram, respetivamente, a existência de internet e ligação de banda larga em casa, as áreas protegidas (Rede Natura 2000) e a imparcialidade dos serviços públicos.

Ao comparar o desempenho das regiões portuguesas em termos do IPS-UE e do PIB *per capita* (medido em Paridades de Poder de Compra - PPC), parece que nem sempre as regiões apresentam o progresso social que o seu PIB *per capita* sugere (Figura 4). Apesar da Área Metropolitana de Lisboa registar o maior PIB *per capita* e, simultaneamente, o melhor progresso social, a posição que ocupava neste último (173.^a) ficou muito aquém daquela em que se encontrava em termos de PIB *per capita* (91.^a). Também na Madeira, nos Açores e no Alentejo se verificava este comportamento. Já no Centro e no Norte ocorria o oposto: a posição ocupada no índice de progresso social superava a do PIB *per capita*. De facto, enquanto a Região Centro ocupava a 189.^a posição no ranking europeu do progresso social, no PIB *per capita* surgia na 228.^a posição. A região revelava, assim, um progresso social mais favorável para o nível de riqueza que apresentava.

Figura 4 - Relação entre o Índice Regional de Progresso Social da União Europeia e o Produto Interno Bruto *per capita* em Paridades de Poder de Compra



Fonte: Dados extraídos de *Social Progress Imperative*

Em suma, a medição do progresso social pode ser utilizada para melhorar as estratégias de desenvolvimento das regiões da UE, bem como tornar-se um indicador tão claro e relevante como o PIB. Simultaneamente, este indicador pode também ajudar as regiões a identificarem pares com os quais possam aprender, a explorarem os seus pontos fortes e pontos fracos e a definir questões que pretendam abordar de forma prioritária no âmbito das suas políticas públicas.

A informação do IPS-UE pode ser consultada em <http://datacentro.ccdrc.pt>, no domínio “Europa”.

ANEXO: Dimensões, componentes e indicadores que integram o IPS-EU

	Ranking europeu (272 regiões)	Ranking nacional (7 regiões)
NECESSIDADES BÁSICAS HUMANAS	190	4
Nutrição e acesso aos cuidados básicos de saúde	87	3
Escassez de alimentos	44	//
Necessidades médicas não satisfeitas	184	//
Taxa de mortalidade prematura (< 65 anos)	102	1
Mortalidade infantil	93	4
Água e saneamento	209	5
Ausência de sistema de esgotos	207	3
Inexistência de casa de banho na habitação	170	//
Tratamento de águas residuais	210	5
Satisfação com a qualidade da água	x	x
Habitação	186	//
Sobrelotação	162	//
Ausência de aquecimento adequado	248	//
Custos elevados com a habitação	164	//
Satisfação com a habitação	183	//
Segurança pessoal	189	4
Taxa de homicídio	92	2
Mortes por acidentes de viação	246	6
Segurança noturna	x	x
PRINCÍPIOS DE BEM-ESTAR	219	3
Acesso ao conhecimento básico	225	2
Taxa de escolarização no ensino secundário	1	1
Abandono escolar precoce	222	1
População com apenas o ensino básico completo	264	3
Acesso às TIC	242	6
Internet em casa	250	6
Ligação de banda larga em casa	242	6
Interação online com as entidades públicas	167	2
Saúde e bem-estar	207	1
Mortes prematuras causadas por doenças cardíacas	9	1
Esperança de vida	150	3
Mortes prematuras por cancro	78	1
Necessidades dentárias não satisfeitas	259	//
Estado geral de saúde	262	//
Qualidade ambiental	93	6
Poluição, fuligem ou outros problemas ambientais	180	//
Poluição do ar (partículas inaláveis com diâmetro inferior a 2,5 micrómetros)	33	//
Poluição do ar (partículas inaláveis com diâmetro inferior a 10 micrómetros)	101	//
Áreas protegidas (rede Natura 2000)	131	7
Poluição do ar concentrada na camada de ozono	144	//
Satisfação com a qualidade do ar	x	x

(continua)

(continuação)

	Ranking europeu (272 regiões)	Ranking nacional (7 regiões)
OPORTUNIDADES	186	2
Direitos individuais	242	//
Qualidade e responsabilidade dos serviços públicos	170	//
Confiança na polícia	232	//
Confiança no sistema político	259	//
Confiança na justiça	260	//
Liberdade e escolha individual	156	2
Gravidez na adolescência	125	1
Jovens que não estudam, não trabalham, nem frequentam formação (jovens NEET)	106	1
Corrupção	175	6
Liberdade sobre as próprias escolhas	x	x
Tolerância e inclusão	168	6
Desigualdade de género	55	4
Atitudes relativamente a pessoas portadoras de deficiências	191	//
Imparcialidade dos serviços públicos	179	6
Tolerância com os imigrantes	x	x
Tolerância com as minorias	x	x
Tolerância com os homossexuais	x	x
Rede de segurança comunitária	x	x
Acesso à educação avançada	169	2
Taxa de escolarização no ensino superior	91	2
Aprendizagem ao longo da vida	100	2
População com o ensino superior completo	240	3

X - Informação não disponível

// - Todas as regiões portuguesas ocupam a mesma posição

Fonte: Dados extraídos de *Social Progress Imperative*